

Estratégias de cuidado e ciclos de vida familiar: as experiências de mulheres em situação de pobreza

Care strategies and family life cycles: the experiences of women in poverty

Lina Penati Ferreira¹
linapenati@gmail.com

Silvana Mariano²
silvanamariano@yahoo.com.br

Resumo

O cuidado é um tema produtivo para o desvelamento sociológico de desigualdades de gênero, de raça e de classe. Neste artigo, temos como objetivo identificar e compreender as estratégias de cuidado desenvolvidas por mulheres pobres vivendo em grandes centros urbanos no Brasil, com destaque para as variações associadas ao ciclo da vida familiar. Com base em uma pesquisa qualitativa, analisamos 97 entrevistas realizadas em diferentes regiões do país no ano de 2018. Nosso argumento principal é que, a depender do ciclo de vida em que se encontram, as mulheres mobilizam estrategicamente vínculos familiares diversos, recursos comunitários e públicos que lhes permitem o desempenho das funções de cuidadoras, paralelamente às demais responsabilidades, necessidades e interesses. Os resultados somam-se às pesquisas que buscam compreender a organização social do cuidado em países caracterizados por níveis de extrema desigualdade, como é o caso do Brasil.

Palavras-chave: *Cuidado; Interseccionalidade; Família.*

Abstract

Care is a productive theme for the sociological unveiling of gender, race, and class inequalities. In this article, we aim to identify and understand the care strategies developed by poor women living in large urban centers in Brazil, highlighting the variations associated with the family life cycle. Based on qualitative research, we analyzed 97 interviews carried out in different regions of the country in 2018. Our main argument is that, depending on their life cycle, women strategically mobilize diverse family ties, community, and public resources that allow them to perform the functions of caregivers, in parallel with other responsibilities, needs and interests. The results add to research that seeks to understand the social organization of care in countries characterized by levels of extreme inequality, as is the case in Brazil.

Keywords: *Care; Intersectionality; Family.*

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

²Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina.

Introdução

O cuidado é uma necessidade humana, mas sua realização nem sempre ocorre de forma justa. Sociedades em que o cuidado está relacionado a atributos femininos tendem a reproduzir mecanismos de desigualdades de gênero, enquanto o histórico da escravidão acarreta injustiças raciais que perduram até o presente. No Brasil, o cuidado revela assimetrias interseccionadas por gênero, raça e classe (IBGE, 2017, 2020; PINHEIRO et al., 2019; PIKANÇO; ARAÚJO; COVRE-SUSSAI, 2021), que, como demonstraremos, manifestam-se concretamente na vida de mulheres pobres. A baixa cobertura de políticas estatais e as privações econômicas que impedem o acesso a serviços via mercado e às tecnologias para uso doméstico, conformam um cenário de poucas oportunidades de socialização do cuidado na realidade das mulheres pobres. Orientadas por perspectivas feministas, neste trabalho, temos como objetivo identificar e compreender as estratégias de cuidado desenvolvidas por mulheres pobres vivendo em grandes centros urbanos no Brasil, com destaque para as variações associadas ao ciclo da vida familiar. Tratar dessa questão com base nas experiências cotidianas dota a sociologia de mais recursos para interpretar o modo como mulheres e famílias promovem o cuidado e como as múltiplas desigualdades interseccionadas se revelam nas microdinâmicas sociais.

Estudos feministas têm destacado a relevância que o cuidado representa na organização da vida social. Ainda que pouca atenção tenha sido dada pelas teorias econômicas ou sociais ao trabalho de cuidado, ele é um pilar importante da organização econômica, social e cultural das sociedades contemporâneas. Igualmente, é necessário que consideremos o cuidado também como relações intersubjetivas e não exclusivamente como trabalho. A literatura especializada tem enfatizado como o problema de gênero, que em muitas situações se entrelaça com questões raciais, de classe e de geração, está imbricado nas discussões sobre cuidado (TRONTO, 1993; HIRATA; KERGOAT, 2007; ESQUIVEL, 2015). Para aprofundar essas discussões lançaremos mão da perspectiva interseccional (COLLINS; BILGE, 2021).

O conceito de ciclo da vida familiar, por sua vez, visa nomear os tipos de mudanças que acontecem ao longo do tempo na vida das pessoas e que estariam condicionadas por transições familiares, como saída da casa de origem, nascimento de filhos, aposentadoria e morte (MARTIN, 2008). Esse conceito encontrou certa resistência nos estudos brasileiros porque pressupõe a previsibilidade entre essa série de estágios. Reconhecendo a relevância dessas críticas, fazemos um uso instrumental do conceito para explicar as diferentes condições das mulheres em interações familiares, tendo em vista que essas interações se modificam em decorrência de eventos significativos, como casamento, parto, idade dos filhos e separações conjugais, sem, com isso, pressupor um padrão social de etapas e sequência entre

essas experiências. Nesses termos, tomamos a família como um espaço caracterizado por laços de cooperação e de tensão que se estabelecem entre os indivíduos que compartilham ou não o mesmo domicílio (JELIN, 2004). Nesse espaço, gênero e geração se tornam categorias fundantes das desigualdades e hierarquias que sustentam as relações intrafamiliares.

Afastando-nos de visões influentes, como aquelas de racionalização do mundo social ou de determinismos econômicos ou culturais, tomamos as estratégias como práticas de ordem rotineira que exprimem ações com diferentes níveis de racionalidades e deliberações circunscritas em determinado contexto. Para além da racionalidade, essas práticas rotineiras são também configuradas em vista das moralidades e da reflexividade das agentes. A partir dessa perspectiva, adotamos o conceito de estratégias de cuidado entendidas como práticas interacionais empreendidas no cuidado e atravessadas por marcadores como gênero, raça, classe e ciclo de vida familiar. Nosso argumento principal é que, a depender do ciclo de vida em que se encontram, as mulheres mobilizam estrategicamente vínculos familiares diversos, recursos comunitários e públicos que lhes permitem o desempenho das funções de cuidadora, paralelamente às demais responsabilidades, necessidades e interesses.

Baseadas na análise de conteúdo (BARDIN, 2011), analisamos 97 entrevistas realizadas com mulheres em situação de pobreza em seis cidades brasileiras no ano de 2018. A pesquisa coletiva "Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza" tinha como objetivo geral compreender as formas e possibilidades de autonomia feminina em situação de pobreza a partir do caso das beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), residentes em grandes centros urbanos no Brasil. Durante 10 meses, diferentes pesquisadoras foram a campo nas seis cidades³. Sem ignorar a existência de variações regionais, importantes no Brasil, a realização de entrevistas em diferentes localidades buscou acessar as diversidades entre as mulheres, sem, contudo, valer-se de método comparativo por critério regional. Assim, o tratamento dos dados e a produção das análises tomam o conjunto das informações para investigar possíveis regularidades e diversidades, produzindo um pêndulo entre a escala individual e a escala macrosociológica.

Além dessa introdução e das considerações finais, este artigo conta com uma seção metodológica que apresenta os dados primários utilizados na análise, seguida de uma seção dedicada ao debate sociológico sobre o conceito de estratégias e seus usos na pesquisa com camadas populares. Posteriormente, apresentamos outra seção que trata da relação entre cuidado, gênero e pobreza e, em seguida, de forma sistemática, tratamos das estratégias de cuidado e encerramos o trabalho com um balanço dos principais achados da pesquisa. Ao adotar uma moldura analítica que combina diferentes dimensões e categorias e que coloca em evidência a agência de mulheres, esperamos

³Alguns resultados da pesquisa já podem ser conferidos em Mariano e Ferreira (no prelo) e Mariano, Ferreira e Tavares (no prelo). Uma discussão mais aprofundada sobre a metodologia e o desenho da pesquisa pode ser encontrada em: Mariano, Ferreira e Souza (2022).

contribuir para um entendimento mais apurado das condições do cuidado em contextos de pobreza urbana no Brasil.

Notas metodológicas

Neste artigo partimos de uma investigação coletiva, realizada em 2018, desenvolvida com enfoque qualitativo e com o uso da técnica de entrevista narrativa (FLICK, 2009a). As participantes da pesquisa foram mulheres titulares do benefício do Programa Bolsa Família, abordadas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Ao todo, entrevistamos 97 (noventa e sete) mulheres, de todas as regiões do Brasil, residentes em grandes centros urbanos, sendo: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Distrito Federal (DF), Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A amostragem em pesquisa qualitativa é tema recorrentemente controverso. Maria Cecília de Souza Minayo (2017) defende que a amostragem na pesquisa qualitativa está relacionada ao encontro da intensidade das singularidades e dos significados. Flick (2009b) também levanta os problemas de definir uma amostragem qualitativa e, por isso, sugere classificações como "amostragens flexíveis" ou "amostragens intencionais". Considerando essas discussões, o desenho da pesquisa previu dois critérios cruciais para a composição da amostragem: a distribuição por região e por grupos de idade (esses foram divididos em três intervalos). No que concerne à distribuição regional, a amostra está dividida da seguinte maneira: Belém (10), Belo Horizonte (12), Brasília (18), Porto Alegre (19), Salvador (29), São Paulo (9). Em relação à faixa etária, o conjunto tem a seguinte distribuição: 23 mulheres com até 29 anos, 57 entre 30 e 45 anos e 17 com 46 anos ou mais.

A questão racial, fundamental para as teorias interseccionais, também mereceu atenção especial da equipe de pesquisa (MARIANO; FERREIRA; SOUZA, 2022). Como, no Brasil, a pobreza tem cor, sabíamos antecipadamente que encontraríamos nos CRAS predominantemente mulheres negras (pretas e pardas). Nesse aspecto, para buscar variações raciais, a equipe estava também atenta a abordar mulheres brancas que compareciam às unidades. Seguindo o padrão de pergunta estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentávamos as seguintes opções para autodeclaração de cor/raça: branca, preta, parda, amarela, indígena, outras. A opção negra não era apresentada durante a entrevista, mas foi codificada posteriormente para os casos em que apareceu como resposta espontânea. No processo de recodificação, consideramos como "negras" a soma das categorias "preta", "parda" e as respostas espontâneas "negras". Da amostra de 97 entrevistas, encontramos 77 negras, 12 brancas e 8 casos entre outras respostas de autodeclaração ("outras"; "amarela"; "não sabe/não respondeu").

Dentre as 97 entrevistadas, 56 disseram que tinham trabalho remunerado. Dessas, 46 trabalhavam por conta própria, 5 estavam empregadas, 4 eram trabalhadoras domésticas

e 1 não soube ou não respondeu. Dentre as 41 entrevistadas que disseram que não tinham trabalho remunerado naquele momento, 22 estavam desempregadas, 14 disseram ser "do lar", 1 foi classificada como "outra" e 4 não souberam ou não responderam. No que diz respeito à composição doméstica dessas famílias, 48 declararam que moravam com crianças menores de 5 anos e 76 com crianças maiores de 5 anos ou adolescentes. Das 97 entrevistadas, 70 disseram que não moravam com o companheiro/marido.

Com base na técnica de entrevista narrativa, as entrevistas eram iniciadas com uma pergunta gerativa, seguida de um tópico-guia. Com esses estímulos, as participantes discorreram sobre suas trajetórias, experiências e percepções sobre diferentes âmbitos da vida, como escolarização, trabalho pago, assistência social, família e organização doméstica, gênero e cidadania e projetos de futuro. Ainda que o cuidado não fosse especificamente um eixo temático, as práticas e percepções sobre o tema atravessavam as entrevistas e se mostraram uma categoria que organizava a narrativa das mulheres. O tempo médio das entrevistas foi de aproximadamente 35 minutos. O conjunto de entrevistas foi tratado com base na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), com auxílio do programa Atlas.ti. O processo de codificação foi realizado coletivamente por uma equipe de quatro pesquisadoras. Todos os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios. Para fins de análise, foram selecionados os trechos mais significativos das respostas no tocante ao tema das estratégias de cuidado.

Estratégia enquanto conceito analítico para pensar o cuidado

As variações sociológicas do conceito de estratégia são marcadas por abordagens que ora enfatizam o papel autônomo e consciente dos sujeitos ao empreender estratégias, ora destacam determinantes estruturais na conformação dessas escolhas. Outras abordagens, por sua vez, buscam intermediar a relação entre o peso da estrutura e da agência na constituição das estratégias, tomando-as como práticas rotineiras. Em Pierre Bourdieu (2007), encontramos um exemplo das estratégias como práticas sociais. Para o autor, estratégias são práticas orientadas pelo *habitus*, de forma mais ou menos consciente, com objetivo de manter ou aumentar os recursos de determinado grupo social na disputa no campo. Nesse sentido, as estratégias não são nem resultados diretos de estruturas objetivas de um determinado contexto, nem fruto de escolhas livres e conscientes dos atores, mas, sim, consequências de determinada formação social que objetiva e subjetivamente orientam gostos, preferências ou ações.

As ações estratégicas, no sentido dado por Bourdieu, não estariam centradas apenas nos recursos econômicos, mas em qualquer tipo de recurso, material ou simbólico, que represente um capital relevante em determinada disputa entre grupos sociais. Assim, se, de um lado, a construção bourdieusiana trata

de um conceito de estratégias contextualizado e delimitado a uma estrutura de oportunidades e de distribuição de recursos materiais e simbólicos, por outro, relaciona a noção de estratégias ao conceito de *habitus* e, por consequência, à determinação de classe que organiza sua teoria social. Se levarmos a cabo a proposta do autor, nossos interesses deveriam estar direcionados para a formação do *habitus*, já que as estratégias são consequências dessa configuração. Contudo, não há evidências de que esse processo se reproduza de forma mecânica e homogênea em todos os casos. Segundo as críticas de Margareth Archer (2011, p. 181) ao conceito de *habitus* de Bourdieu, ele pressupõe um elevado grau de continuidade contextual e, quando consideramos as variações de contextos e as descontinuidades entre contextos, devemos nos interrogar sobre o "porquê da similaridade de posições de classe ser considerada automaticamente mais determinante que diferenças de língua nativa, país de origem, religião e política no processo de socialização". Adaptando essas indagações para a sociedade brasileira, colonizada, racista e patriarcal, devemos considerar o peso de fatores como gênero, raça e classe na construção das estratégias de indivíduos e grupos.

Archer (2011) busca minimizar o peso do *habitus* na explicação das ações enfatizando os processos de reflexividade do sujeito. A reflexividade, entendida pela autora como processos de conversação interna, é o que torna o agente ativo e dá singularidade às ações sociais. Ela pode ser entendida como o momento em que os sujeitos mediam as decisões pessoais ativando poderes estruturais e culturais, o que não significa que eles ignorem o contexto objetivo, mas que ponderam sobre as potencialidades, limites e possibilidades que ele oferece (ARCHER, 2011). Críticas como as de Archer (2011) apontam caminhos para pensar as estratégias como práticas sociais, mais ou menos conscientes, e com certa variação, segundo arranjos familiares e trajetórias individuais, sem, contudo, distanciar-se das implicações que as condições sociais, econômicas e culturais exercem na conformação dessas ações. Essa construção teórica nos permite enfatizar certa heterogeneidade presente nos contextos de pobreza, constantemente minimizada nos estudos sociais, que tendem a uniformizar as vivências das pessoas em situação de pobreza. As próprias variações nas estratégias de cuidado nos permitem escapar do risco da uniformização e também destacar o agente relevante desses processos: as mulheres. Além disso, elucidam parte do debate em torno do conceito de estratégias de sobrevivência, predominante nos estudos sobre pobreza no Brasil e na América Latina, durante as décadas de 1970 e 1980.

Segundo Omar Arguello (1981), o conceito de estratégias de sobrevivência, originalmente, estava centrado nas formas empreendidas pelas famílias pobres, rurais e urbanas, na sobrevivência econômica. A preocupação desses estudos era entender a ordenação funcional no interior da família, considerando diferenças de sexo e idade, de modo a promover a subsistência material dos membros. Posteriormente, outras conceituações de estratégias de sobrevivência passaram a incluir, além dos aspectos econômicos, a reprodução biológica do

grupo familiar. Isso significou considerar, além da participação econômica dos membros do grupo, os comportamentos demográficos, como a formação e dissolução das uniões, a quantidade de filhos etc. Esse conceito estava igualmente preocupado com a estrutura de oportunidades e de distribuição de recursos na qual as escolhas estão contextualizadas.

Todavia, o conceito de estratégia de sobrevivência se desenvolveu nos estudos sobre grupos desfavorecidos, reforçando, ainda que implicitamente, a ideia de que apenas famílias que vivem em situação de privação de recursos traçam estratégias econômicas para a reprodução da vida. Há ainda que se ressaltar a crítica de que esses estudos tenderam a enfatizar uma abordagem que pressupõe uma consciência de fins, metas, planos e resultados por parte dos agentes, dotando-os de uma racionalidade e deliberação, que nem sempre estão presentes na prática social (TORRADO, 1981). Como argumenta Cláudia Fonseca (1992), o conceito de estratégias de sobrevivência é um bom exemplo das interpretações que valorizaram uma lógica econômica nas pesquisas sobre família e cotidiano dos grupos mais empobrecidos, em detrimento das relações simbólicas, emocionais e valorativas, reservadas às pesquisas sobre família e cotidiano das classes médias. Desse modo, interessa-nos tratar da relação entre pobreza indo além das dimensões econômicas (BAYÓN, 2013) e, ainda, conectar essas preocupações com o cuidado, em virtude de sua relevância para a vida das mulheres.

Estratégias de cuidado, portanto, são, para nós, práticas interacionais mobilizadas predominantemente por mulheres com vistas ao bem-estar da família e circunscritas por determinada estrutura de oportunidades e por padrões culturais definidos por classe, raça e ciclo da vida familiar. Para investigá-las, olhamos para diferentes práticas que compõem o modo como as pessoas lidam com as circunstâncias de privação, para além dos aspectos econômicos, permitindo aprofundar a compreensão da heterogeneidade da pobreza, com base na perspectiva das mulheres pobres, em sua grande maioria, negras.

Situação de cuidado entre mulheres em contexto de pobreza

O tema do cuidado tem sido fartamente conceituado na América Latina e no Brasil em diálogo com os estudos sobre economia e trabalho (GUIMARÃES; HIRATA, 2021; ESQUIVEL, 2015; RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2015), o que ofereceu importantes contribuições para visibilizar trabalhos antes ocultados ou invisibilizados, notadamente o trabalho não pago, realizado predominantemente por mulheres, em especial negras e pobres. Nessas contribuições, a reprodução da vida ganhou centralidade. Outro campo de teorização e conceituação, ligado ao tema da sustentabilidade da vida, tem ampliado a noção de cuidado para incluir também as dimensões afetivas, relacionais e emocionais (OROZCO, 2011; DÍAZ ESTÉVEZ, 2019), embora abordagem semelhante já estivesse presente, por exemplo, na obra de Jelin, de

1998, intitulada *Pan y afectos, la transformación de las familias* (JELIN, 2004). Nessas abordagens, a própria reprodução da vida ganha um sentido mais amplo. Há, ainda, vasta produção sobre a ética do cuidado, desde visões consideradas universalizantes, como de Carol Gilligan (2013), a visões mais plurais e a proposta da ética da justiça (KRITSCH; VENTURA, 2018). Como resultante desse debate, importa-nos o entendimento de que trabalho, instrumentalização, razão, afetividade e emoção são elementos que se interconectam na produção de bem-estar para si e para o outro.

Conceitos consolidados, como o de divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007), enfatizam como o gênero é um aspecto essencial para compreender a forma como as sociedades modernas se estruturaram. Atualmente, contudo, a literatura tem reconhecido a necessidade de dialogar com as críticas anunciadas pelos feminismos negros e decoloniais (SOUZA; MARIANO; FERREIRA, 2021), enfatizando, especialmente, o modo como as desigualdades de classe e raça/etnia se combinam com as desigualdades de gênero. Na esteira desses avanços, este trabalho adota a perspectiva interseccional sobre as desigualdades defendida por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), que permite combinar analiticamente as categorias gênero, classe e raça, entre outras, no propósito de oferecer uma substantiva contribuição para os estudos do cuidado, considerando que as mulheres vivenciam diferentemente as imposições das responsabilidades com o cuidado.

Olhando para o contexto brasileiro desde a colonização, o trabalho de cuidado exercido por mulheres negras é a solução de boa parte dos problemas derivados das demandas por cuidados. Finda a escravidão, as mulheres negras e empobrecidas foram mantidas ou alocadas em grande medida no trabalho doméstico e em outras funções de cuidados, com jornadas de trabalho extenuantes, salários baixos e desqualificação social. Além disso, reforçou-se um imaginário nacional de sexualização da mulher negra (GONZALEZ, 2020). As mulheres negras foram incumbidas dos cuidados de membros das famílias brancas e pelos cuidados dos membros de sua própria família. Em um país de precária estrutura de serviços públicos para o cuidado, são ainda as mulheres e, em especial, as mulheres negras e pobres, a fonte de cuidado para toda sorte de necessidades, como o cuidado com crianças, doentes e pessoas com deficiência. No início do século XXI, o emprego doméstico ainda continuava a ser a maior categoria ocupacional entre as mulheres negras (18,6%) (PINHEIRO *et al.*, 2019). O trabalho não pago também configura uma dimensão importante das desigualdades, já que, muitas vezes, o arranjo doméstico dessas mulheres é composto apenas por um adulto (elas próprias) e crianças. Divididas entre o tempo necessário para a obtenção de renda como provedoras do domicílio e o cuidado de seus filhos, as mulheres negras têm sido historicamente criticadas por sua suposta incapacidade de manter o controle dos filhos e responsabilizadas por problemas sociais como a gravidez na adolescência e o consumo de drogas por adolescentes (GONZALEZ, 2020; FERNANDES, 2020).

No que se refere ao cuidado, a dimensão de gênero e racial é frequentemente atravessada pelas marcas da classe social. Enquanto as mulheres das camadas médias e altas podem contar, via mercado, com a delegação das atividades domésticas e de cuidado para outras mulheres ou para serviços, como o de creche ou de escola em tempo integral, as mulheres pobres contam com menor grau de liberdade para decidir como organizar as demandas de cuidado. Segundo Corina Rodríguez Enriquez (2015), pressionadas pelas responsabilidades com o cuidado e com baixos recursos financeiros, as mulheres pobres têm menos tempo e menos oportunidades de se dedicarem a outras atividades, como o trabalho pago, o autocuidado, a formação educacional, a profissionalização e o lazer. Alguns dados ajudam a mensurar, indiretamente, os impactos do cuidado na renda familiar no Brasil. Em 2017, por exemplo, a renda de famílias, em que as crianças permaneciam sob o cuidado de alguma responsável dentro do próprio domicílio era, em média, de R\$ 550,00 *per capita*, em comparação a R\$ 813,00, no caso de crianças que ficavam sob cuidados em outro domicílio, e R\$ 972,00, em se tratando de crianças que permaneciam em creches ou escolas (IBGE, 2017).

O foco deste trabalho está no cuidado como "obrigação" (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020), tomado de forma quase que compulsória, de mulheres em diferentes contextos. Por sua vez, não ignoramos os vínculos de outra natureza, dado que, no Brasil, muitas mulheres empobrecidas e racializadas passam pela experiência do cuidado pago (PINHEIRO *et al.*, 2019) ou do cuidado como ajuda (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020), o que demonstra como o cuidado é um tema central que atravessa as relações familiares e adentra as vivências profissionais e comunitárias. Orientadas pela abordagem atenta à relação entre atividades diretas e indiretas na prática do cuidado, compreendemos o cuidado desde as atividades mais instrumentais, como cozinhar, limpar, lavar e passar, até os aspectos relacionais, como compartilhar refeições, organizar tarefas, ler contos, rezar e, no sentido mais amplo, preocupar-se com as preferências e o bem-estar de outros. Isso significa que não estamos operando com uma divisão entre trabalho doméstico e de cuidado, material ou cognitivo.

São recentes e relativamente insuficientes os dados nacionais que buscam medir uma certa economia do cuidado, especialmente pela dificuldade de acessar o cuidado exercido nas esferas familiares e comunitárias. Contudo, para termos uma dimensão dessas atividades, no que se refere ao Brasil, recorreremos aos dados da PNAD 2019 (IBGE, 2020). Segundo a pesquisa, 92,1% das mulheres com mais de 14 anos afirmaram realizar algum tipo de atividade doméstica; em relação aos homens, 78,6% declaram a mesma resposta. Esses números se alteram para 94,1% quando se trata apenas de mulheres pretas e para 95,5% quando falamos de mulheres entre 25 e 49 anos – número sempre superior ao de homens na mesma categoria. Entre as mulheres com mais de 14 anos, 36,8% disseram ser responsáveis por atividades de cuidado, em comparação a 25,9% dos homens. As mulheres

pretas (39,6%) e entre 25 e 49 anos (49,3%) são os grupos que mais declaram exercer atividades de cuidado. Em relação ao tipo de tarefa exercida, o auxílio nos cuidados pessoais, demanda cotidiana e com a maior sobrecarga, representa a maior diferença entre mulheres (85,6%) e homens (67,9%). Considerando outras pesquisas que contabilizam as tarefas domésticas e de cuidado (PICANÇO; ARAÚJO; COVRE-SUSSAI, 2021), as porcentagens do trabalho masculino apresentadas pela PNAD podem estar supervalorizadas, reforçando um antigo argumento de que os homens mais dizem que fazem, do que realmente fazem. De todo modo, os dados dão a dimensão de como gênero, raça e geração são categorias importantes para entendermos práticas de cuidado no Brasil. Ao longo deste trabalho, demonstramos como esses aspectos também são chaves para compreender as narrativas das participantes da nossa pesquisa, destacando as categorias raça e ciclo de vida, essa última como uma alternativa para pensar as diferenças geracionais.

Os relatos das participantes de nossa pesquisa reafirmam apontamentos da literatura apresentada até aqui. Nas narrativas, o cuidado está fortemente relacionado a percepções de trabalho extra, cansaço e injustiça e explicitamente associados a gênero e aos papéis sociais na família, como ser mãe. Entretanto, está também relacionado a um reconhecimento positivo da sua importância no seio familiar. Vejamos alguns depoimentos:

Eu acho que eles [família] enxergam eu como uma mãe, que tudo que eles precisa (sic) eu tô ali pra dá (sic) a eles. Tá sentindo uma dor, só chama a mãe, não chama o pai ou eles acham que eu sou mais importante dentro de casa do que o pai (Luciana, negra, 38 anos, Salvador, 5 filhos, casada, desempregada).

Em termo mesmo de filhos... acho que o filho não devia só procurar a mãe; eles deveriam procurar o pai também. Tudo é só a mãe, mãe, mãe. Chega da escola, é a mãe. Chega nisso, é a mãe. Uma consulta no posto, é a mãe. Aonde isso tudo devia ser tudo dividido (Roberta, negra, 33 anos, DF, 4 filhos, solteira, desempregada).

Na minha opinião, homem é muito irresponsável. A mulher se torna mais responsável porque ela carrega tudo nas costas (Vivian, negra, 36 anos, Belo Horizonte, 2 filhos, solteira, diarista).

Conforme dados citados há pouco, Luciana, Roberta e Vivian encontram-se no grupo de idade com a maior taxa de participação em atividades domésticas – 95,5% entre mulheres de 25 e 49 anos de idade. Isso ocorre em virtude do ciclo da vida familiar, pois, nesse grupo de idade, concentram-se predominantemente as mulheres com filhos na infância ou adolescência.

Luciana se difere de Roberta e de Vivian pelo estado conjugal, mas isso não a diferencia quanto aos encargos com os cuidados dos filhos. A existência de cônjuge, portanto, nem sempre contribui para aliviar as responsabilidades de cuidados para a mulher. Segundo os dados da pesquisa “Gênero, Família e Trabalho” (PICANÇO; ARAÚJO; COVRE-SUSSAI, 2021), entre os homens que vivem conjugalmente, pouco mais de 8% disseram lavar e passar, e 14,3% dos homens brancos e 11,0% dos negros

disseram cozinhar; as mulheres, por sua vez ultrapassam os 80% nas duas tarefas, independentemente da sua cor. Roberta, em seu relato, nota como essa condição de feminização dos cuidados é estrutural, ultrapassando as dinâmicas domésticas e alcançando o funcionamento de serviços públicos, como os de saúde.

Nesses trechos selecionados, as três mulheres são negras, duas delas solteiras com filhos. No Brasil, entre as famílias monoparentais com crianças de até 14 anos, mais da metade se encontra abaixo da linha da pobreza monetária (54%), mas, quando a pessoa responsável é uma mulher negra, esse número sobe para 63% (IBGE, 2019). A solidão da mulher negra é um tema que vem recebendo mais atenção das ciências sociais no Brasil e, quando intersecionado com classe social revela experiências particularizadas. Assim, além das circunstâncias que afetam objetivamente a ausência de alguns homens, como o trabalho realizado no mundo do crime e o encarceramento em massa, que pune especialmente homens negros e pobres (MONTEIRO; CARDOSO, 2013), a solidão da mulher negra revela dimensões práticas, emocionais e afetivas.

Nossas informantes lidam também com esse fenômeno, e Tânia comentou sua experiência:

*- Eu morei com um rapaz e ele me trocou por outra mulher. Por que no Pelourinho tem mais o quê? Negros, né? Mas essa a cor do Pelourinho; mais é chegado em que? Negros. Então ele pegou me trocou por uma mulher que veio de fora, uma mulher branca, aí eu fiquei só com meus filhos.
- Ficou só com seus filhos?
- Foi. Eu criei meus filhos só, eu passo uma roupa limpa, faço ali, corro ali (Tânia, negra, 46 anos, Salvador, 5 filhos, casada, desempregada).*

Conforme Ana Cláudia Pacheco (2013), as representações sociais racializadas e generificadas regulam as escolhas afetivas das mulheres negras, o que resulta, de um lado, na exclusão de um “mercado afetivo” e na naturalização da presença dessas mulheres em um “mercado do sexo”, no trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”, e, do outro, na associação de mulheres brancas com a “cultura do afetivo”, do casamento e da união estável.

Parte das pesquisas sobre cuidados tem ressignificado o entendimento sobre o uso do tempo para incluir não somente um sentido cronológico, mas também sua dimensão simbólica e emocional (MARIANO, 2020). As mulheres que ouvimos nesta pesquisa falaram desse tipo de encargo, pois é um tempo que as ocupa mentalmente com variadas preocupações, como a provisão de alimentos e roupas e a segurança. Algumas, inclusive, relataram, expressa e espontaneamente⁴ a experiência com sintomas de depressão, seja na fase que coincidia com a entrevista, seja em fases anteriores da vida. Esse sofrimento emocional frequentemente aparece associado com as responsabilidades da maternidade e dos cuidados em geral:

*- Como foi a experiência de ter o primeiro filho?
- Foi bem assustadora. Eu tinha apenas 17 anos, fiquei bem desesperada, tive depressão durante... a depressão pós-parto; não foi nada fácil... pelo abandono do pai [da criança] e etc. Mas minha família me ajudou muito, principalmente*

⁴Elas não foram indagadas a esse respeito. Quando o tema surgiu, foi em decorrência de narrativas espontaneamente construídas pelas entrevistadas.

minha mãe, e graças a eles eu consegui criar meu filho e agora tá aí moço e graças a Deus educado, bonzinho (Bianca, negra, 26 anos, São Paulo, 2 filhos, casada, atendente de telemarketing).

E tem hora que eu fico estressada, eu paro, grito e reclamo... (Sueli, negra, 43 anos, Salvador, 2 filhos, casada, diarista).

*- Na sua opinião, como sua família te enxerga dentro dela?
- Como uma empregada, é muita coisa, muita coisa, e tem hora que... e eu tenho um pouco de depressão, né? Ai acumula tudo, tudo, aí eu fico muito nervosa, aí eu tenho que toma (sic) mais calmante (Sara, negra, 50 anos, São Paulo, 2 filhos, casada, cozinheira autônoma).*

Ambas falam da carga emocional, seja na forma de estresse ou de depressão. A percepção de penalização na articulação família e trabalho é recorrentemente mais alta entre mulheres negras (PICANÇO; ARAUJO; COVRE-SUSSAI, 2021). Sobrecarregadas por trabalhos de alta intensidade física e mal remunerados, com pequena ou nenhuma participação paterna e estatal na criação dos filhos, as mulheres negras acumulam uma carga mental e emocional vinculada ao cuidado da família. A expressão "nervoso feminino" tem sido explorada por Camila Fernandes (2020) ao relacionar cenas de estresse entre mulheres de favela no cuidado de crianças em contextos marcados por precariedades, responsabilidade solitária na criação dos filhos e a necessidade de proteção de outras violências. Ao desviarem dos comportamentos femininos dóceis e domésticos, essas mulheres expõem as tensões presentes no cotidiano marcado pela pobreza e a violência. O relato de Bianca coloca em evidência a importância das relações familiares como forma de apoio, especialmente entre mulheres de diferentes gerações. Esses apoios, bem como a forma como são estrategicamente mobilizados a depender do ciclo de vida, é o tema da próxima seção.

Estratégias de cuidado

Diferente do que argumentam as abordagens economicistas sobre as estratégias de sobrevivência empreendidas em contextos de pobreza, há diversidade de moralidades e de racionalidades que podem sobressair na experiência da privação monetária. Neste trabalho, ao descrever tipos de estratégias de cuidado, enfatizamos a heterogeneidade que marca o cenário de pobreza urbana no Brasil e como gênero, raça e, especialmente, ciclo de vida são elementos importantes nessa configuração.

Entre os constrangimentos estruturais, institucionais e culturais mais recorrentes que incidem na formulação das estratégias de cuidado, mencionamos anteriormente a divisão sexual do trabalho, a falta de serviços públicos na socialização do cuidado de crianças, a construção social da solidão da mulher negra e a menor participação masculina nas responsabilidades de cuidado. Considerando tais constrangimentos, buscamos traçar um rol de estratégias empreendidas pelas participantes da pesquisa no que diz respeito às responsabilidades de cuidado.

Redes de apoio familiar

A construção das redes de apoio é um aspecto crucial para a compreensão das experiências dessas mulheres. Tais redes, muitas vezes calcadas em vínculos de parentesco, ampliam-se para relações comunitárias e para a religião. Há décadas as redes de apoio têm sido mapeadas pelos estudos realizados com pessoas em situações de pobreza e vulnerabilidades sociais, enfatizando os aspectos raciais (STACK, 2012[1974]), de gênero (BOTT, 1976) e culturais (LOMNITZ, 1993[1975]). Nos anos 1980, a pesquisa de Michel Agier (1990) identificou um "saber viver" na pobreza que envolvia, principalmente, a capacidade de mobilização de redes de apoio familiares. Em pesquisa mais recente, Maria Gabriela Hita e Luciana Duccini (2008) também destacaram a relevância das redes de apoio e discutiram como os circuitos de reciprocidade e de sociabilidade operam em favor de uma maior integração das pessoas em situação de pobreza e promovem formas de proteção para situações de vulnerabilidade social. Pesquisas orientadas por metodologias que quantificam os vínculos que estruturam as redes, sustentam o argumento da relevância das redes de apoio entre famílias pobres, sobretudo, o papel central das mulheres (MARQUES; BICHIR, 2011) e destacam para o aspecto de homofilia que caracteriza essas redes, ou seja, elas repetem um padrão no perfil dos participantes, são menores e centralizadas nos vínculos familiares e de vizinhança.

O uso dos laços familiares figura entre as primeiras opções que os indivíduos acionam para lidar com as necessidades cotidianas. Estudos sociológicos também chamam a atenção para a predominância de uma "solidariedade para a subsistência" entre as famílias mais pobres (PITROU, 1978 *apud* VASCONCELOS, 2002). A solidariedade para a subsistência envolve ajudas cotidianas e a mobilização de serviços pessoais, e essas ajudas, por serem geralmente prestadas por mulheres, caracterizam a "feminização das redes". Essa referência, como fonte de apoio, foi recorrente entre as entrevistadas, como podemos ver em alguns dos exemplos a seguir.

Se eu saio pra trabalhar, minhas filhas ficam com a minha mãe. Não confio em mais ninguém pra ficar. Mas, pra mim, é difícil; tanto pra mim quanto pra qualquer mulher. Quem que quer sair e largar seu filho? Ninguém! (Leticia, negra, 35 anos, Salvador, 2 filhos, solteira, desempregada).

Quando eu tive a minha filha, eu tive que sair pra trabalhar, deixava ela com minha irmã, eu via ela [filha] só no domingo e, às vezes, só na segunda eu tinha folga, né? Então, aquilo doía demais. E daqui a pouco tá chamando a menina [irmã] de mãe e eu de tia (Helena, negra, 54 anos, São Paulo, 1 filha, solteira, diarista).

Na experiência de Andréia e Helena, a mãe e a irmã são as referências mais próximas e mais confiáveis que elas acessaram na socialização das demandas de cuidado com os filhos. Mães e irmãs foram frequentemente citadas como referências de ajuda com alimentos, dinheiro e cuidado das crianças. Leticia, com um filho de 9 anos e uma filha de 2 anos, expressava seus descontentamentos no presente, enquanto Helena, tratava

das dificuldades através das memórias, já que no momento da entrevista sua filha tinha 18 anos de idade.

As narrativas sobre as delegações de cuidado são acompanhadas de sentimentos de sofrimento e insatisfação. Não poder cuidar de seus filhos parece ser uma violação grave na experiência dessas mulheres. Esse tipo de situação corrobora com o argumento do feminismo negro que chama atenção para a histórica demanda das mulheres negras em poder cuidar de seus filhos (HOOKS, 2015). Olhando para histórias como essas, percebemos a relevância da crítica sobre as limitações de se discutir o cuidado tão somente no enquadramento do trabalho, especialmente considerado em sentido instrumental. Perceber os paradoxos e ambiguidades abre a visão também para experiências nas quais as mulheres encontram satisfação afetiva e emocional nas interações vividas no cuidado, como transparece nos relatos daquelas que gostariam de dispor de mais tempo com os filhos. Nesses casos, como de Leticia e Helena, o sofrimento encontra-se não no ato de cuidar, mas na impossibilidade de cuidar. Desse lugar, a disponibilidade para cuidar dos próprios filhos aparece como um privilégio de classe e raça, como o feminismo negro tem denunciado.

A impossibilidade objetiva de poder cuidar de seus próprios filhos gera histórias que se repetem de geração em geração. A própria Helena, que em algum momento demandou cuidado da irmã para com a filha, em outro momento da vida foi fonte de recurso para sua mãe, auxiliando-a no cuidado dos irmãos: "tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe tomar conta dos meus irmãos", contou-nos. Essas inversões no papel de cuidadora vão se alternando ao longo do ciclo de vida dessas mulheres.

Assim, se em alguns momentos elas são demandantes de apoio no cuidado dos filhos, em outros momentos, elas são ofertantes desse apoio. Novamente, o ciclo de vida parece estar diretamente relacionado com essa situação, considerando que são mulheres sem filhos – seja porque não tiveram filhos ou não residem mais com eles. A história de Lorena sobre seus cuidados com a mãe e com uma sobrinha, e o relato de Marta, reiteram esse argumento.

Ela [minha mãe] tá com 52 [anos de idade]; daí ela tem muita dificuldade. Então eu vou... às vezes, saio do meu lar, faço as minhas tarefas e vou pra lá ajudar ela, que tem a minha sobrinha [...] ainda quem vai pegar pra ela sou eu, que cuido da minha sobrinha (Lorena, negra, 25 anos, Porto Alegre, sem filhos, casada, do lar).

Olha só, eu sempre trabalhei na minha vida, mas a minha irmã ela ficou doente, daí eu larguei tudo e por isso que eu tô aqui pra cuidar dela e faz um ano em novembro que eu tô com ela, tanto que a gente morava na praia, aí agora a gente veio pra [cá] [...]. Meu trabalho é cuidar dela (Marta, branca, 46 anos, Porto Alegre, sem filhos, solteira, desempregada).

Percebemos também os efeitos do ciclo de vida familiar nas estratégias de cuidado quando o vetor de ajuda se modifica, pois, na presença de filhos ou de filhas adultas e adolescentes, essas mulheres passam a contar com a ajuda deles(as) em diferentes ordens (financeira, nas atividades domésticas, no cuidado de crianças). O trecho a seguir retrata esses casos:

geralmente minha filha que me ajuda [...]. Porque se eu não trabalho, meus filhos que me ajuda (sic), minha filha me dá uma ajuda, porque 200 reais, 200 e poucos reais do Bolsa Família não dá pra pagar, não vai dar pra parcelar (Lúcia, negra, 62 anos, Salvador, 4 filhos, separada, do lar).

Esse relato reitera como essas mulheres, ao longo da vida, ocupam diferentes posições nos circuitos de reciprocidade e de solidariedade e é indicativo de um dos cernes das redes de apoio familiar: seu caráter intergeracional. Desse modo, o que observamos é que a estratégia de apoio familiar para as demandas de cuidado se sustenta em três frentes: a) a demanda de apoio para outras mulheres da família; b) a oferta de cuidado, especialmente por mulheres sem filhos; c) o apoio intergeracional, no caso de filhos adultos.

Essas estratégias demonstram como a noção de família nuclear ou de domicílio pouco ajuda a entender as práticas de parentesco e de solidariedade entre as classes populares brasileiras. Além disso, ressalta como as mulheres são centrais para desvendar a forma como as redes de apoio são acionadas. Ademais, tratar das redes de apoio familiar como uma estratégia de cuidado revela a necessidade do cuidado em todas as suas faces, posto que impulsiona a construção e o fortalecimento dessas redes, as quais, por sua vez, são atravessadas pelos marcadores de classe, de raça e, principalmente, de gênero e de geração. Quando, como e de quem essas mulheres demandam e para quem oferecem cuidado está vinculado a situações em relação ao casamento, nascimento de filhos, entrada e saída de membros no domicílio, ou seja, ao ciclo de vida da família.

As sogras

As ajudas familiares não estão circunscritas ao auxílio dos parentes consanguíneos. Ao contrário, o cuidado pode ser um fator importante na construção de laços de parentesco (FONSECA, 2004; MCCALLUM; BUSTAMANTE, 2012). Uma personagem fundamental e frequente nas narrativas sobre o cuidado entre as participantes da pesquisa é a sogra e até mesmo ex-sogra. Esse vínculo é especialmente fortalecido pela presença de crianças e, em muitas situações, preenchem a ausência da responsabilidade paterna. A condição similar de gênero, classe e raça entre essas mulheres parece ser um importante vetor de solidariedade, o que já era registrado em estudos sobre comunidades negras, como os de Carol Stack nos anos de 1970, nos Estados Unidos (2012[1974]). Na companhia de muitos outros relatos da mesma natureza, os depoimentos de Raquel, de Delma e de Jéssica exemplificam a força desse tipo de vínculo, mesmo em situações em que o casamento já foi desfeito.

Meu pai me ajuda, a minha sogra, minha ex-sogra assim, que eu... pra mim vai ser sempre minha sogra, como a gente tem uma consideração muito grande uma com a outra, né. Eu sempre ajudo ela [...]. (Raquel, negra, 43 anos, Belém, 2 filhos, solteira, diarista).

Ela [ex-sogra] me apoiou muito quando eu tive minha menina. Ela me apoia até hoje né (Júlia, parda, 28 anos, Belo Horizonte, 1 filha, solteira, desempregada).

Igual eu te falei, a minha ex-sogra ela me ajuda, mas não com dinheiro, ela me ajuda tipo se faltar alguma coisa. E nem sempre é só o necessário, só o básico, não é muita coisa. Com o Bolsa [Família] eu posso fazer outras coisas, né (Jéssica, parda, 25 anos, São Paulo, 2 filhas, solteira, desempregada).

Nessas situações, o ciclo de vida também parece ser um fator importante. Jéssica e Delma, ambas com menos de 30 anos, com filhos pequenos, solteiras e desempregadas, citam as ajudas das ex-sogras como um recurso fundamental no cuidado dos filhos. Raquel, também solteira, mas com os filhos na juventude (17 e 18 anos), com um trabalho esporádico como faxineira, reforça a parceria mútua que desenvolveu com a ex-sogra. Além das ajudas com alimentação, roupas, fraldas, pagamento de contas e supervisão das crianças, o auxílio oferecido pelas sogras também é representativo em questões ligadas à moradia, seja com a ajuda no pagamento do aluguel, seja com imóveis cedidos, como relata Marlene.

Quem sustentou os filhos dele foi a minha sogra e a minha mãe. E hoje em dia eu estou morando na minha casa que minha sogra me deu, com meus 5 filhos (Marlene, negra, 41 anos, Salvador, 6 filhos, solteira, do lar).

Na ausência dos homens, isto é, dos pais das crianças, são as sogras e ex-sogras os vínculos, para além das famílias consanguíneas, recorrentemente acionados por essas mulheres. Ainda que os relatos sejam menos frequentes que as menções às ajudas de mães e irmãs, segundo as participantes da pesquisa, as sogras se tornam pontos de auxílio com o cuidado direto, supervisionando as crianças em casa ou no deslocamento entre a casa e a escola ou a creche, bem como no cuidado indireto, sendo fonte de recursos como dinheiro, comida e moradia.

Ajudas comunitárias e da igreja

As mulheres também mobilizam circuitos de reciprocidade e solidariedade com outros laços, como os de vizinhança e das igrejas. Em pesquisa realizada em São Paulo, Nadya Guimarães e Priscila Vieira (2020) demonstraram como o circuito de cuidado entre mulheres de um bairro periférico envolve relações de trocas, obrigações e reciprocidades que podem envolver bens monetários, mas, principalmente, não monetários, que sustentam uma rede de solidariedade entre vizinhas. Em nossa pesquisa, a relação entre vizinhas também figura como ajuda com o cuidado de forma direta e indireta, como com a alimentação, a proteção e os cuidados em geral. Esses relatos foram mais frequentes entre mulheres mais velhas, com uma quantidade maior de filhos e desempregadas, como expressam as entrevistadas:

Hoje eu vivo um pouquinho assim, se eu não tenho, aí a vizinha fala assim, "Tânia, tu tem feijão? Tu quer um pouquinho?". Quero. O que as pessoas me derem, como roupa usada, eu recebo. Entende? (Tânia, negra, 46 anos, Salvador, 5 filhos, casada, desempregada).

Tem uns vizinhos meus que considero da minha família. Minha vizinha mora perto de casa, ela me ajuda muito também, né. Ela pra mim [é] como fosse minha família. Já

que eu não tenho nenhuma aqui. Quando eu preciso, ela tá ali pra me ajudar (Regiane, negra, 56 anos, DF, 6 filhos, separada, desempregada).

Em outras situações, de menor ocorrência, ouvimos relatos de mulheres que contaram com o apoio material e simbólicos de amigas, de igrejas ou de grupos religiosos, como exemplificado a seguir:

Agora mesmo fiz a cirurgia. Então, ontem a minha comadre foi lá, faxinou a minha casa. A minha amiga foi lá e passou a minha roupa. Então, assim, graças a Deus eu tenho muita gente boa na minha vida. Eu não tenho uma família aqui, mas eu tenho uma família que Deus me deu que são meus amigos (Andreia, parda, 41 anos, DF, 2 filhos, solteira, manicure autônoma).

Às vezes, na igreja [recebo ajuda]... Quando a pessoa tá desempregada, a igreja ajuda (Carla, branca, 49 anos, Porto Alegre, 4 filhos, solteira, diarista).

Eu já fui até pra tomar remédio, assim, calmante, essas coisas. E aí eu olhei a receita e disse: "eu não vou tomar esse remédio, eu não vou ficar dependente". Aí eu fui pra igreja e lá eu chorava bastante, que é bom, né, botar pra fora (Roseli, branca, 43 anos, Porto Alegre, 3 filhos, solteira, diarista).

Hita e Duccini (2008), em pesquisa sobre circuitos de reciprocidades e de sociabilidade, demonstram a importância de diferentes tipos de redes familiares, de vizinhança e religiosas como formas de proteção das famílias mais empobrecidas. As autoras apresentam a importância de redes organizadas por católicos, candomblecistas e evangélicos para a promoção de uma "ampla circulação tanto de recursos, quanto de valorações e pessoas" (HITA; DUCCINI, 2008, p. 206). Portanto, recursos econômicos, instrumentais, políticos e simbólicos circulam nessas redes. Tanto naquela como em nossa pesquisa, constata-se que o apoio comunitário fortalece a rede de proteção e sustenta vínculos de sociabilidade e de solidariedade para além da família. Nessas redes, mantém-se um padrão de gênero como elo vinculador.

Recursos públicos

Ao analisar essas estratégias, com base nas práticas individuais, é possível observar como os recursos estatais, ainda que mínimos, somam-se às estratégias cotidianas de cuidado implementadas por essas mulheres. Segundo as participantes da pesquisa, o uso do dinheiro do Bolsa Família era prioritariamente gasto com os filhos, desde alimentação, roupas e sapatos, materiais escolares até o pagamento de serviços de educação e saúde realizados na rede particular, como creches, escolas e exames médicos. As falas a seguir demonstram esse argumento:

Com o Bolsa Família eu consigo tá comprando as coisas que meus filhos precisam: material, sapato, que ele entra mais pra essas coisas né e quando falta né biscoito, comida ele sempre entra para ajudar (Grazielle, 45 anos, preta, Belo Horizonte, mora com 1 filho de 12 anos, casada, vendedora).

Olha, ele [Bolsa Família] me ajudou muito. Me ajudou muito na questão do Gabriel, agora do João também. Era para

pagar 280 [reais], mas eu consegui baixar a mensalidade, porque eu vou pagar com o Bolsa a creche (Fernanda, preta, 26 anos, Porto Alegre, 2 filhos [5 anos e 1 ano e 7 meses], solteira, diarista).

O que a literatura tem apontado, e que se comprova nas narrativas das entrevistadas, é que as políticas de transferência de renda implementadas na América Latina, como o Programa Bolsa Família, reforçam a divisão sexual do trabalho, utilizando-se do papel social tradicionalmente delegado às mulheres e ligado à esfera do cuidado, na interlocução entre as ações estatais e a família, gerando efeitos negativos quando se trata de autonomia feminina e socialização do cuidado (MARIANO, 2020; RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2015). Ademais, a literatura tem insistido que esse tipo de política pública opera como um instrumento moral de organização social dos mais pobres mediante categorizações superficiais, como pobres mercedores e não mercedores, pobres "bons" e "maus", entre outras (DESTREMAU; GEORGES, 2017). Ainda que essa interpretação seja importante, relatos como o de Fernanda mostram usos diversificados do dinheiro do benefício, como o pagamento de creche, o que revela, de um lado, a ausência de políticas públicas de cuidado infantil, de outro, uma margem de manobra do recurso entre as beneficiárias.

Graziele e Fernanda repetem as características geracionais e de cor das mulheres que mais exercem trabalho doméstico e de cuidado, segundo a PNAD 2019 (IBGE, 2020). A diferença de idade entre elas não reflete em diferenças na prioridade que o gasto com os filhos representa. No entanto, a diferença de idade das crianças demarca diferenciações nas necessidades de cuidado e, por sua vez, nas estratégias.

As creches, nesse sentido, também são um importante recurso nas estratégias de cuidado. Algumas das participantes relataram suas experiências com as creches gratuitas, relacionando especialmente o acesso ao serviço com a possibilidade de exercer trabalho pago. Por outro lado, algumas delas relataram certa desconfiança com a qualidade do serviço. Contudo, a maioria dos relatos destacava a ausência das creches e, em certas situações, a necessidade ou a preferência pela contratação de uma cuidadora "de confiança". A seguir, alguns registros feitos pelas entrevistadas:

[A] situação às vezes é indelicada; eu mesma passei por isso. Meus filhos ficavam na creche; às vezes eu tinha que pagar outras pessoas pra estar olhando eles, né? Porque hoje em dia [não] pode ficar [por] conta de criança em casa. Então tem que procurar sair pra trabalhar, pra dar o melhor pras crianças (Graziele, 45 anos, preta, Belo Horizonte, mora com 1 filho, casada, vendedora).

Porque assim né, a gente precisa fazer como eu, como outras pessoas precisam trabalhar fora e muitas das vezes as creches tão lotadas, né? Como eu já fiquei na fila de espera, nunca fui chamada, até hoje e eu já tentei vários empregos e não tem onde deixar o meu filho (Beatriz, 41 anos, morena, Belém, 2 filhos, solteira, diarista).

Muito bom! Só que como eu já trabalhei ajudando em creche, eu já vi muita coisa... Então, eu não tive essa coragem de botar os meus filhos na creche. Vi pessoas judiando de crianças. Porque eu sou assim, eu cuido de uma criança como

se fosse minha. Porque eu tenho filho, entendeu? E como eu já vi isso, eu já não quis. Prefiro cuidar dos meus filhos, quando eles tiver maiorzinho pode (sic) estudar (Andreia, parda, 41 anos, DF, 2 filhos, solteira, manicure autônoma).

Embora se mostre uma ferramenta essencial para essas mulheres, a quantidade e a forma de funcionamento das creches são insuficientes para a demanda atual. O que as pesquisas qualitativas apontam, especialmente na experiência de mulheres pobres, é uma combinação de recursos públicos, como as creches, com recursos financeiros e pessoais, representada pelas "creches informais" presentes em muitos bairros, favelas e periferias do Brasil. Essas combinações são captadas pelas pesquisas de Renata Moreno (2019) e Camila Fernandes (2021) ao analisarem a relação entre as creches e as casas de "tomar conta" nas periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse tipo informal e popular de compartilhar o cuidado entre mulheres que vivem em contexto de pobreza urbana, critérios como confiança, favores e solidariedade são combinados com as diferentes formas de pagamento, as quais envolvem dinheiro, mas não se limitam a ele.

Considerações finais

A crítica feminista tem enfatizado como a relação entre Estado, mercado, família e comunidade, está baseada em um padrão de gênero que tende a reproduzir as desigualdades entre homens e mulheres. Em países marcados pela colonização, como é o caso do Brasil, essas dinâmicas de gênero são atravessadas por profundas desigualdades raciais e de classe. O resultado é que desde a colonização, o cuidado realizado por mulheres negras e pobres, em seus diferentes arranjos, tornou-se a solução para boa parte das demandas de cuidado existentes (GONZALEZ, 2020), configurando-se como uma característica da organização do cuidado no país. Ademais, os dados mais recentes mostram como geração – analiticamente tratada neste texto como ciclo de vida – é uma dimensão fundamental para essas discussões.

Adentramos no debate sobre cuidado, recuperando a discussão sociológica sobre estratégias, enfatizando a dimensão interacional e estrutural que permeia esse instrumento analítico. Desse modo, pudemos identificar práticas estrategicamente mobilizadas nas demandas de cuidado e fortemente circunscritas por uma determinada estrutura de oportunidades e padrões culturais definidos por gênero, raça, classe e ciclo de vida. Vínculos familiares, relações comunitárias e recursos estatais se destacaram como as estratégias mais recorrentes em um cenário composto por diversos constrangimentos, como a divisão sexual do trabalho, a escassez de serviços públicos na socialização do cuidado de crianças, a construção social da solidão da mulher negra e a baixa participação masculina nas responsabilidades de cuidado.

As narrativas das participantes da pesquisa trazem elementos importantes para uma compreensão mais apurada do cotidiano das mulheres pobres no Brasil. Ainda que cuidado não fosse um eixo de investigação inicial da nossa pesquisa, o tema se mostrou central na experiência dessas mulheres. Por um lado, as

percepções do cuidado como trabalho extra, cansaço e injustiça, associadas aos papéis de gênero na família, revelam dimensões cognitivas e emocionais que configuram as relações de cuidado desde a perspectiva dessas mulheres. Por outro lado, os relatos sobre as dificuldades e os obstáculos para poder cuidar dos seus próprios filhos e a solidão feminina, marcados por sentimentos de sofrimentos e insatisfação, revelam as marcas da raça e da cor na experiência dessas mulheres. Por sua vez, os relatos sobre as redes de apoio familiares e comunitárias, baseadas na confiança e na solidariedade entre mulheres que compartilham a mesma condição de raça e classe, bem como o uso estratégico do pouco recurso estatal acessado por essas mulheres, ilustram as diversas moralidades e a força da agência em um cenário de escassez. Em todas as circunstâncias, aspectos do ciclo de vida, especialmente experiências com o trabalho pago, casamentos, divórcios e idade dos filhos, mostram-se elementos fundamentais para compreender a variação com que as estratégias são acionadas.

Observamos que as responsabilidades com os afazeres domésticos e com os cuidados, bem como a carga emocional e cognitiva dessas tarefas, principalmente com as crianças, constitui uma dimensão importante para compreender as experiências de pobreza que essas mulheres vivenciam. Nesse sentido, a economia feminista tem sugerido incorporar a dimensão temporal nas definições de pobreza (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2015). Tempo gasto com o trabalho de cuidado é um fator relevante para explicar as dificuldades de saída da pobreza entre as participantes desta pesquisa. Políticas estatais de socialização do cuidado são ferramentas cruciais para evitar a reprodução das desigualdades sociais e da pobreza. Entendemos, assim, que as pesquisas sobre pobreza urbana que consideram a dimensão do cuidado podem revelar outras faces do cotidiano das pessoas que vivem essa realidade e ampliar as possibilidades das políticas de enfrentamento à pobreza.

Agradecimentos

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

AGIER, M.. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 2, n. 2, p. 35-60, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84799>. Acesso em: 11 set. 2023.

ARCHER, M. S. Habitus, reflexividade e realismo. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582011000100005>. Acesso em: 11 set. 2023.

ARGUELLO, O. Estrategias de supervivencia: un concepto en busca de su contenido. *Demografía y economía*, v. 15, n. 2, p. 190-203, 1981. DOI: <http://dx.doi.org/10.24201/edu.v15i02.511>. Acesso em: 11 set. 2023.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BAYÓN, M. C. Hacia una sociología de la pobreza: la relevancia de las dimensiones culturales. *Estudios Sociológicos*, v. 31, n. 91, p. 87-112, 2013. DOI: <https://doi.org/10.24201/es.2013v31n91.119>

BOTT, E. *Familia e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

COLLINS, P. H.; BILGE, S.. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

DESTREMAU, B.; GEORGES, I. Introduction. *Gouverner les pauvres en Amérique Latine. Gérer les femmes par assistance*. In: DESTREMAU, B.; GEORGES, I. (ed.). *Le care, face morale du capitalisme. Assistance et police des familles en Amérique Latine*. Bruxelas: Peter Lang, 2017, p. 15-54.

DÍAZ ESTÉVEZ, A. Ecofeminismo: poniendo el cuidado en el centro. *Ene*, v. 13, n. 4, n.p., 2019.

ESQUIVEL, V. El cuidado: de concepto analítico a agenda política. *Nueva Sociedad*, n. 256, p. 63-74, 2015.

FERNANDES, C. "Ai eu não aguentei e explodi": A expressão do "nervoso" feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela. *Etnografias Contemporâneas*, v. 6, n. 10, p. 154-178, 2020.

FERNANDES, C. Casas de "tomar conta" e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. *Revista de Antropologia*, v. 64, n. 3, e189648, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FONSECA, C. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: ALTHOFF, C.; ELSÉN, I.; NITSCHKE, R. (org.). *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis:

- Editora Papa-Livro, 2004, p. 55-68.
- FONSECA, C. Trabalho e Cotidiano. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 22, n. especial, p. 25-47, 1992.
- GILLIGAN, C. *La ética del cuidado*. Barcelona: Fundación Víctor Grífols i Lucas, 2013.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139-150.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (ed.). *Care and Care Workers: A Latin American Perspective*. [S/l]: Springer International Publishing, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-51693-2>. Acesso em: 11 set. 2023.
- GUIMARÃES, N. A.; VIEIRA, P. "As "ajudas": o cuidado que não diz seu nome". *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 7-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>. Acesso em: 11 set. 2023.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Acesso em: 11 set. 2023.
- HITA, M. G.; DUCCINI, L. Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas. In: ZICCARDI, A. (comp.). *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social: los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Clacso-Crop, 2008.
- HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 93-210, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em: 11 set. 2023.
- IBGE. PNAD Contínua: outras formas de trabalho 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IBGE. Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JELIN, E. *Pan y afectos: la transformación de las familias*. 2. reimpressão. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2004.
- KRITSCH, R.; VENTURA, R. W. Cuidado, justiça e autonomia: contribuições da teoria política feminista para os debates sobre gênero e democracia. *Ivs Fvgit*, v. 21, p. 97-124, 2018.
- LOMNITZ, L. A. *Como sobreviven los marginados*. 12. ed. México: Siglo Veintiuno editores, 1993[1975].
- MARIANO, S. Conditional cash transfers, empowerment and female autonomy: care and paid work in the Bolsa Familia programme, Brazil. *International Journal of Sociology and Social Policy*, n. 40, v. 11/12, p. 1491-507, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSSP-03-2020-0093>.
- MARQUES, E.; BICHIR, R. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Novos estudos Cebrap*, v. 90, p. 65-83, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000200006>. Acesso em: 11 set. 2023.
- MARIANO, S.; FERREIRA, L. Individualizado e destradicionalização de gênero: discutindo individualização na experiência de mulheres negras em situação de pobreza. *Revista Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro. (no prelo).
- MARIANO, S.; FERREIRA, L.; TAVARES, M. Em busca de si: construindo agência e autonomia feminina em contextos de pobreza. *Interações*, Campo Grande. (no prelo).
- MARIANO, S.; FERREIRA, L.; SOUZA, M. Metodologia e ética feministas em pesquisa social com mulheres em situação de pobreza. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10/24, p. 192-212, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.24.500>.
- MARTIN, F. C. M. *A teoria do ciclo de vida familiar no contexto brasileiro*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MCCALLUM, C.; BUSTAMANTE, V. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. *Etnográfica*, v. 16, n. 2, p. 221-246, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.1476>.
- MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.
- MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592>. Acesso em: 11 set. 2023.
- MORENO, R. F. C. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OROZCO, A. P. Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. *Investigaciones feministas*, v. 2, n. 1, p. 29-53, 2011. DOI: http://dx.doi.org/10.5209/rev_INFE.2011.v2.38603. Acesso em: 11 set. 2023.

PACHECO, A. C. L. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.

PICANÇO, F.; ARAÚJO, C.; COVRE-SUSSAI, M. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 38, p. 1-31, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0177>. Acesso em: 11 set. 2023.

PINHEIRO, L. S et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. *Texto para discussão 2528*. Brasília: IPEA, 2019.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. Economía feminista y economía del cuidado: aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. *Nueva Sociedad*, v. 256, p. 30-44, 2015.

STACK, C. Roles sexuales y estrategias de supervivencia en una comunidad negra urbana. In: FABARDO, M. (ed.). *Feminismos negros: una antología*. Madrid, Espanha: Traficantes de sueños, 2012[1974].

SOUZA, M.; MARIANO, S.; FERREIRA, L. Tecendo fios entre interseccionalidade, agência e capacidades na teoria sociológica. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 423-433, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40509>

TORRADO, S. Sobre los conceptos de "estrategias familiares de vida" y "proceso de reproducción de la fuerza de trabajo": notas teórico-metodológicas. *Demografía y economía*, v. 15, n. 2, p. 204-233, 1981. DOI: <http://dx.doi.org/10.24201/edu.v15i02.512>. Acesso em: 11 set. 2023.

TRONTO, J. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. [S/l]: Routledge, 1993.

VASCONCELOS, P. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social*, v. XXXVII, n. 163, p. 507-544, 2002.